

# AS RUÍNAS DA IGREJA VELHA DE ITABAIANA/SE: DA HISTÓRIA AO PATRIMÔNIO CULTURAL

Wanderlei de Oliveira Menezes<sup>40</sup>

## RESUMO

Este artigo tem por objeto a história da Igreja Velha de Itabaiana, Sergipe. Estudamos a história desse patrimônio cultural material itabaianenses, procurando compreender o contexto de sua edificação, usos e desusos. Procuramos compreender o processo de arruinamento desse templo seiscentista inserido na história local através colonização e do processo de mudança da sede municipal em 1675, do arraial de Santo Antônio (onde se situava a Igreja Velha) para o terreno adquirido pela Irmandade das Almas (atual centro de Itabaiana). Esse fato histórico é incorporado à história através da lenda de Santo Antônio fujão, segundo a qual Santo Antônio estava insatisfeito por ter sido colocado em um templo em terreno particular e resolveu fugir rotineiramente e se estabelecer numa quixabeira, até o dia em que lhe construíram uma igreja. Após isso, a primitiva igreja sofreu processo de paulatino desuso. No século passado, começa a ser transformada em patrimônio cultural por seu valor simbólico e histórico para a comunidade itabaianense, ligando-se as origens históricas e lendárias da cidade serrana.

**Palavras-chave:** Patrimônio Cultural. Ruínas Históricas. Identidade Cultural. Itabaiana-Sergipe.

## ABSTRACT

This article focuses on the history of the Old Church in Itabaiana, Sergipe. We study the history of this material cultural heritage in Itabaiana, seeking to understand the context of its construction, uses and disuses. We tried to understand the ruins of this 17th century church as part of local history through colonization and the process of moving the municipal seat in 1675, from the arraial of Santo Antônio (where the Old Church was located) to the land acquired by the Irmandade das Almas (now the center of Itabaiana). This historical fact is incorporated into history through the legend of Santo Antônio fujão, according to which Santo Antônio was dissatisfied with being placed in a temple on private land and decided to flee routinely and settle in a quixabeira, until the day a church was built for him. After that, the primitive church gradually fell into disuse. In the last century, it began to be transformed into a cultural heritage site due to its symbolic and historical value for the community of Itabaianense, linking it to the historical and legendary origins of the mountain town.

**Keywords:** Cultural Patrimony. Historical Ruin. Cultural Identity. Itabaiana-Sergipe.

---

<sup>40</sup> Graduado, bacharel e mestre em História pela Universidade Federal de Sergipe. Professor de educação básica da rede pública estadual de Sergipe. Contato: [wanderlei.o.menezes@gmail.com](mailto:wanderlei.o.menezes@gmail.com). Orcid iD: <https://orcid.org/0000-0002-3505-8320>

## **Introdução**

As discussões acerca dos patrimônios culturais têm campo fértil dentro e fora do espaço acadêmico. Assistimos a preocupação mundial em preservar o patrimônio cultural da humanidade. Leis de proteção visam a manutenção das características originais dos artefatos produzidos pelas distintas sociedades. Essa preocupação com o patrimônio tem gerado muitas pesquisas que aumentam consideravelmente a produção de artigos, monografias, teses e livros sobre a temática. Este artigo segue essa tendência.

No Brasil, dentre os monumentos históricos mais presentes temos as igrejas católicas. Os locais de culto, capelas e paróquias, no Brasil colonial e imperial tinham a função de aglutinar a vida urbana, como verdadeiros marcos da presença de colonização. Entre nós, a esmagadora maioria dos núcleos urbanos teve seu ponto inicial entorno de uma capela que evocava um santo, geralmente o padroeiro local.

Apesar da grande importância histórica e do número considerável de igrejas sergipanas do período colonial, elas não receberam ainda estudos acerca de sua história. É escasso o número de pesquisas sobre igrejas coloniais. Neste campo marcado pela exiguidade, este estudo volta-se para a história da Igreja Velha de Itabaiana, atualmente em ruínas. Esse antigo monumento histórico está situado no povoado de mesmo nome, na zona rural de Itabaiana, a sete quilômetros da sede municipal.

Utilizamos o conceito de “monumento” para denominar as ruínas da Igreja Velha de Itabaiana. Para tanto é necessário mencionar o texto “Documento/Monumento”, de Jacques Le Goff (1998). De acordo com Le Goff (1998), monumento é aquilo que pode ser evocado do passado. Em termos históricos, ele quer demonstrar que o monumento é um vestígio humano de uma memória.

Assim, o objetivo deste estudo é reconstruir, na medida do possível, a história da Igreja Velha de Itabaiana a partir das suas principais etapas históricas, relacionando-as com os contextos sociais de cada período evocado. Buscamos assim, sobretudo, relacionar o bem cultural a questão da sua patrimonialização e o papel na construção dos mitos de origens de Itabaiana, através de lendas.

Na interpretação dos dados nos inspiramos na proposta do antropólogo norte-americano Clifford Geertz (1978). Assim, a abordagem, visa apreender os sentidos dos fatos sociais ligados à história do templo. Desta forma, por exemplo,

buscamos entender os significados da lenda do Santo Antônio fujão no contexto da disputa entre dois grupos rivais. Por outro lado, o aporte proposto terá caráter microscópico. Deste modo, embora a pesquisa se preocupe com questões de poder, conflito, poder simbólico etc., o universo empírico é bastante delimitado, o município de Itabaiana. Parodiando Geertz, diria que não estudei a Igreja Velha de Itabaiana, mas questões mais abrangentes a partir da Igreja Velha (Geertz, 1978, 32).

O conceito de patrimônio cultural será fundamental para entendermos a proposta deste artigo. Conforme a **Convenção da UNESCO para a Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural** (1972), considera-se patrimônio cultural como sendo um conjunto que abriga, dentre outros, obras arquitetônicas, esculturas ou pinturas monumentais, objetos ou estruturas arqueológicas, inscrições, grutas e conjuntos aos quais se atribui valor do ponto de vista da História, da Arte ou da Ciência (UNESCO, 1972).

De acordo com a Constituição Federal Brasileira, os patrimônios são os modos de expressão, formas de criar, criações científicas e tecnológicas, obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artísticas ou culturais, além de conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, ecológico e científico (CONSTITUIÇÃO FEDERAL DO BRASIL, 1988). Associado ao conceito de patrimônio histórico está o de patrimônio cultural. Segundo o artigo 216.º da Constituição, o patrimônio cultural representa os bens: “(...) de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira”.

Para que se houvesse uma política nacional de preservação dos patrimônios culturais, tivemos na Era Vargas a promulgação do Decreto Lei n.º 25 de 1937. Em seu primeiro artigo temos uma definição de patrimônio: “Constitui o patrimônio histórico e artístico nacional o conjunto dos bens móveis e imóveis existentes no país e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico.”.

As ruínas da Velha Igreja itabaianense parecem enquadrar-se bem nestes conceitos acima expressos.

O artigo de Maria Cecília Londres Fonseca, presente no livro "Memória e Patrimônio: Ensaios Contemporâneos", argumenta a favor de uma perspectiva mais abrangente do patrimônio cultural, que vai além de construções físicas, incluindo elementos imateriais e culturais em sua preservação e valorização. Ela defende uma concepção mais ampliada do conceito de patrimônio cultural não tão centrada em certos objetos (monumentos), mas na relação destes com a sociedade e a cultura.

Neste artigo busco explicitar o processo histórico que transformou uma capela seiscentista num patrimônio cultural e suas interfaces com outros patrimônio intangíveis, a exemplo das lendas que se gerou a partir dele.

### **Do povoamento de Itabaiana à Capela de Santo Antônio: século XVII**

O povoado Igreja Velha está situado a cerca de seis quilômetros da sede do município de Itabaiana. O acesso a essa área se dá através de estrada vicinal de barro, bastante esburacada e tortuosa delineada por cercas de arames que separam as propriedades rurais. Em seu entorno a povoação apresenta-se sem pavimentação, sistema de drenagem, esgotamento sanitário, abastecimento de água, coleta de lixo e água encanada. Há apenas energia elétrica nas casas próximas a estrada do povoado vizinho – denominado Agrovila.

O povoado não conta com nenhum aparelho público. A única escola municipal que havia, inaugurada na década de 1970, cujo nome era Escola Municipal Rural “Egito”, se encontra em escombros desde o final da década de 1990. Não há postos de saúde. O número de moradores não chega a meia centena. Há apenas doze famílias residentes na localidade, quase todos humildes e de avançada idade. Boa parte das terras é ocupada com a criação de animais, devido ao clima árido e a pouca fertilidade dos terrenos.

Seguindo a mesma estrada, temos outro povoado, mais populoso e organizado. Este povoado fazia parte da Igreja Velha, mas com a construção da barragem do Rio Jacarecica, em 1987, os lavradores construíram suas casas nas proximidades do perímetro irrigado. Assim surgiu o povoado Agrovila (Machado, 2002). No meio de um pasto de criação de gado, bastante próximo à Agrovila e a barragem do Jacarecica, observa-se as ruínas duma antiga igreja católica.

As ruínas, em avançado estado de deterioração, são protegidas por cercas de arames à beira da estrada e mais de vinte cabeças de gado. A vegetação rala de pequenos arbustos típicos do agreste e sertão sergipano e por duas frondosas árvores completam o cenário ao redor das ruínas históricas.

Apesar da precária conservação e do avançado estado de arruinamento, as ruínas da Igreja Velha fazem parte do cotidiano dos moradores da circunvizinhança: é ponto de referência geográfica, histórica e lendária.

Restam apenas as paredes da lateral esquerda e do fundo e pequenas partes da parede frontal. As paredes da lateral direita há séculos desabaram e boa parte pedras foram soterradas ou usadas para outros fins.

A construção apresenta rachaduras que ameaçam desabar, pois a estrutura não está estabilizada. Na parede do fundo encontramos um pequeno nicho improvisado com imagem de Santo Antônio, orago daquele templo.



Fotografia 01: Igreja Velha de Itabaiana, 2009. Acervo: Wanderlei Menezes

A Igreja Velha revive os momentos de glória do passado colonial apenas nas noites do dia de Santo Antônio (13 de junho), quando temos peregrinações de devotos do santo casamenteiro e padroeiro local.

O povoado Igreja Velha recebeu esse topônimo em virtude da existência do templo em ruínas. Conforme Medina (1993), a toponímia revela a memória social de diferentes épocas, formando o horizonte cultural do cotidiano. As ruínas fazem parte do cotidiano dos resistentes moradores há décadas.

Segundo Fortuna (1995), as ruínas históricas são locais de identidade, verdadeiros lugares do passado presente. As ruínas da Igreja Velha transmitem essa sensação para os itabaianenses quanto para os visitantes oriundos de outros rincões do Brasil. Em suma, a Igreja Velha é local cheio de histórias, memórias e lendas seculares...

Foi no povoado Igreja Velha que, há quatro séculos, surgiu a primeira Itabaiana. A primitiva povoação durou pouco mais de meio século na condição de sede municipal, mas deixou marcas importantes para o ulterior desenvolvimento histórico de Itabaiana.

É consenso entre os pesquisadores locais que a ocupação de Itabaiana ocorreu entre o final do século XVI e começo dos anos 1600. Sabemos pelas certidões de carta de sesmarias o nome desses primeiros sesmeiros (1594-1601): Simão Fernandes Gaguó, Manoel da Fonseca, Gaspar Fontes, Paulo Adorno, Francisco da Silveira e João Guergo.

Todavia, a mais importante iniciativa de colonizar o atual agreste sergipano parte dos padres jesuítas. Eles estavam em Itabaiana antes mesmo de pedirem a carta de sesmaria de 1601 (Leite, 1945). O Irmão Amaro Lopes é quem pede para os padres jesuítas, em nome do Reitor da Ordem. A Companhia de Jesus já tinha obtido uma sesmaria no Rio Real. Esta é o segundo pedido na Capitania de Sergipe e se situava “junto a serra de Cajaíba, na tapera de Pirapoan, entre o vale do Vasa-Barris, a Serra de Itabaiana e subindo o rio até aquele pico” (Freire, 1891, p. 373). Recebem eles cerca de duas léguas de terras com todas as águas e madeiras nelas existentes.

Suspeitamos que tenham sido eles que contribuíram para a edificação de um templo nas primeiras décadas do século XVII nas proximidades da Serra de Itabaiana e margens do rio Jacarecica, que no século seguinte receberá a denominação de Igreja Velha, já que as terras onde hoje se situam as ruínas da Igreja Velha compreendem as terras pedidas em 1601.

Certamente eram os padres jesuítas um grupo interessado em propagar a religião cristã para nativos e colonos. Vemos no pedido o interesse dos religiosos em se estabelecerem na região e povoarem para “ajudar o espiritual com muito trabalho outrossim é moradores (sic) para terra no que em tudo fazem muito serviço a Deus e a sua Majestade” (idem).

O pedido de sesmária dos religiosos informa sobre o medo que muitos colonos tinham de habitar nas áreas próximas à Serra de Itabaiana. Os jesuítas usam esse pretexto para argumentarem que se receberem as terras irão ajudar a povoar e trazer mais colonos ocuparem as terras devolutas.

Dois anos depois, outro padre jesuíta solicita terras próximas às da sesmária anterior. Felipe da Costa reclama o direito de ganhar terras por ter servido a Sua Majestade no combate aos índios sergipanos. O pedido abarcava terras limitadas pelas que foram doadas aos padres da Companhia de Jesus e a Melchior Maciel, ao pé da Serra de Itabaiana. Esse religioso recebeu uma légua em outubro de 1603 (Freire, 1891, p. 386-387).

Eduardo Hoornaert (1992), ao estudar a história da Igreja no Brasil durante o período colonial, destaca o papel dos jesuítas na construção de igrejas e povoações por todo o interior do Brasil. Bazin (1983) atribui os templos rurais da primeira metade do século XVII à Companhia de Jesus.

O surgimento do Arraial de Santo Antônio nas terras próximas ao Rio Jacarecica e Lomba, área fértil e propícia ao cultivo de cereais e gado, além de se situar num altiplano que tinha a serventia de observação de um raio de várias léguas, demonstram que a escolha do terreno para se edificar o templo seguiu critérios comuns a outras áreas de colonização portuguesa na América. De acordo com o padre João de Mattos Freire Carvalho, em 1607 já havia o arraial (Carvalho, 1922, p. 63). Nessa povoação será erigida a Igreja Velha, porém não sabemos ao certo quando começou e terminou seu processo de construção.

O relato de Diogo Campos Moreno sobre a Capitania de Sergipe em 1612 é precioso no sentido de mostrar um quadro amplo do que era Sergipe naquele ano. Ele menciona que a capitania de Sergipe tem abundância de gados e estima a população de toda a capitania estimava-se duzentos e pouco habitantes brancos. Cita ele ainda que a

Companhia de Jesus eram proprietários de numerosas porções de terras e fazendas e contam com o trabalho dos nativos.

Sobre Itabaiana, Moreno informa do aspecto tenebroso das terras serranas, pois se ouvia “estrondos de grossas peças de artilharia lá no íntimo das terras pelo que se presume que deve de ser algum vulcão, mas até hoje não hão sido penetradas de pessoa alguma por que os naturais [indígenas] se entranharam lá” (Moreno, 1968, p. 50).

A conquista dos povos originários e sua integração ao processo de colonialismo europeu não foi um processo fácil nem automático. É possível afirmar que até o final da primeira metade do século XVII não havia sido debelada a resistência ameríndia. No pedido de sesmaria de Brás de Abreu, datado de 1623, o sesmeiro justifica o direito a posse da terra ao mencionar os relevantes serviços prestados a causa da conquista de Sergipe e as muitas flechadas e “pelouradas” que recebeu dos “gentios” aliados aos franceses na Serra de Itabaiana. Este documento cita a presença francesa na serra de Itabaiana em comum aliança com os nativos. O fato serviu de obstáculo para os portugueses adentrarem mais rapidamente as encostas da Serra de Itabaiana com segurança para se estabelecerem. E mais: os franceses ensinaram os nativos os “artifícios de fogo por terem muitas espingardas” (Freire, 1891, p. 418)

O grande acontecimento que favoreceu a chegada de aventureiros europeus a Itabaiana foi a busca pelas minas de prata de Belchior Dias. Segundo o Coronel Pedro de Barbosa Leal, Belchior Dias Moreia deixa sua morada na fazenda Jabiberi, próximo às margens do Rio Real, e inicia, por volta de 1594, expedição pelos sertões de Sergipe e Bahia (Calmon, 1939).

Belchior Dias, descendente do lendário Caramuru, percorreu as inóspitas regiões em busca de minas só retornando para casa em 1602. Viajou para a Europa em busca do apoio real para a exploração das minas que dizia ter descoberto em Itabaiana. De volta ao Brasil em 1609, lutou para ver seu projeto pessoal realizar-se.

Apenas em 1617, o rei Felipe III autoriza a expedição. Em 1617 tivemos uma expedição oficial com o governador-geral do Brasil e diversas autoridades. Os resultados da busca foram frustrantes e Belchior acabou sendo preso e processado. Era o início de uma longa história de busca de ouros e lendas da Serra de Itabaiana. Com Belchior Dias Moreia surgiu a lenda do carneirinho de ouro, segundo a qual aparece de

tempos em tempos um carneiro banhado a ouro na Serra de Itabaiana (Romero, 1997, p. 51).

É somente depois de 1620 que se constituem melhores condições para o estabelecimento de núcleos colonizadores a partir do desnudamento das caatingas e matas. As cartas de sesmarias demonstram bem que a principal atividade dos sesmeiros e seus agregados era a criação de gado. São estes curraleiros e seus agregados que erguem a primeira igreja de Santo Antônio do interior sergipano.

As dimensões reduzidas da Igreja de Santo Antônio sugerem o número diminuto de moradores. As paredes são compostas por pedras minuciosamente empilhadas, formando densas paredes, quase intransponíveis. As pedras presentes na construção são bastante similares às da Serra de Itabaiana e pedreiras próximas ao rio Jacarecica e riacho Murici. Não sabemos, ao certo, como era o telhado, provavelmente de palha.

A proximidade com a antiga Estrada Real e estrada das boiadas é outro aspecto a ser considerado. A Capela tinha vias de acesso facilitadas. Essas vias eram os antigos caminhos feitos pelos nativos ou por mar. A existência de estradas era uma prova cabal da importância que o local para a colonização portuguesa.

O local foi devidamente escolhido. Se entrarmos nas ruínas temos uma vista panorâmica completa de todo o horizonte num raio de mais de 20 quilômetros para todas as direções, ou seja, era um local estrategicamente escolhido. A presença do Rio Jacarecica, dos riachos Santo Antonio, João Gomes e Murici completam o cenário com condições ecúmenas pensada pelos idealizadores do templo.

Encontramos uma pedra de cantaria a pouco metros das ruínas, porém não sabemos se está lá deste da edificação ou veio posteriormente. A cantaria era reservada às partes nobres do edifício que necessitavam de molduragem (Bazin, 1983, p. 60). De acordo com Kátia Loureiro (1999, p. 14), a construção de capelas e do século XVII tinha a madeira, a pedra e o barro como elementos fundamentais.

Até hoje há apenas referência a dois bens que pertenceram à primitiva capela: a imagem de Santo Antônio, obviamente colocada em local central por ser o orago do templo, e a de Nosso Senhor da Cana Verde, que atualmente se encontra no Museu de Arte Sacra de São Cristóvão/SE.

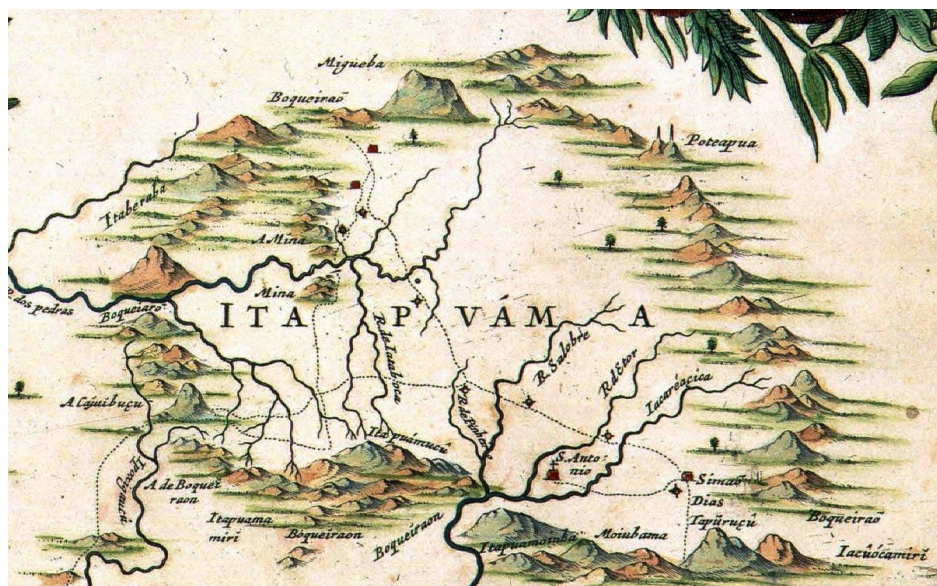
A primeira igreja de Itabaiana, ao que tudo indica, foi erguida pelos próprios moradores sem a ajuda real. Bazin (1983) defende que as igrejas paroquiais atraíam

menos donativos que os conventos, pois estes tinham a preferência dos fiéis, em se tratando de doações. Com isso, as obras paroquiais se tornavam quase intermináveis e sempre os responsáveis pela igreja solicitavam a ajuda real que nem sempre vinha. No século XVII, as confrarias edificaram capelas, igrejas e conventos, dos quais faziam as despesas e solicitavam apoio junto à população e a Coroa portuguesa.

Sobre os métodos de construção dos templos coloniais brasileiros, mencionado por Germain Bazin (1983), percebe-se claramente que na Igreja de Santo Antônio foi utilizada a alvenaria, “uma espécie de cascalho bem grosseiro, no qual, com frequência, estão misturados na argamassa toda espécie de elementos, não somente pedras, mas também tijolos, sendo que no princípio, a argila crua era usada como aglutinante” (Bazin, 1983, p. 60).

A primeira referência histórica à existência da Igreja de Santo Antônio de Itabaiana vem do período da invasão holandesa da Capitania de Sergipe. Os flamengos legaram importantes materiais cartográficos. Uma carta se destaca sobre as demais. Trata-se do mapa *Brasiliae Geographica et Hydrographica Tabula Nova, Continens Praefecturas de Ciriji, cum Itapuama de Paranambuca, Itamaraca, Paraiba et Potigi vel Rio Grande. Quam propiis Observationibus ac dimensionibus, diuturna peregrinationi a se habitis, fundamentaliter superstruebat et delineabat Georgius Marggraphius, Germanus, anno Christi 1643*, elaborada, como o próprio título menciona, por Georg Marcgraf, em 1643. Este mapa se apresenta sob duas formas, a partir de quatro gravuras individuais que consistem nos mapas propriamente ditos, utilizados por Gaspar Barléus, representando as capitanias conquistadas; e como mapa mural, editado por Joan Blaeu, em 1647.

Conforme vemos no mapa 1, abaixo:



Mapa 01: detalhe do Mapa da Prefeitura de Ciriá com Itapuama, 1643. Fonte: <http://www.nationaalarchief.nl/amh/detail.aspx?page=dafb&lang=nl&id=6199> (detalhe).

No mapa, há referência a existência da Igreja de Santo Antônio. Considerando que o mapa foi elaborado por volta de 1643, deduzimos que a Igreja deve ter sido construída ainda nas décadas de 20 ou 30 do século XVII.

Como podemos verificar no mapa acima, por sua localização e nome certamente é a igreja que futuramente será chamada de Igreja Velha, dentro do entorno intra-serrano. A área é interligada por uma estrada que dá acesso à casa e curral de Simão Dias, figura semi-lendária que acreditam os literatos ser filho do francês Simão Dias com uma nativa, que após ficar órfão recebeu o leite e carinho materno de uma loba, história similar a lenda de fundação de Roma, com os gêmeos Rômulo e Remo. Contudo, em Itabaiana, há apenas um personagem e na Cidade Eterna o animal da famosa lenda narrada por Ovídio é uma cabra. Seja como for, a presença da casa de Simão Dias indica a existência de povoamento permanente nas proximidades da Igreja Velha, contudo sem a presença explícita dos jesuítas (Carvalho, 2009, p. 54-56).

Essa estrada posteriormente será chamada de estrada das boiadas, ou simplesmente Estrada Real. Essa primitiva via ligava a Bahia a Sergipe. Seu percurso ia do Sul ao agreste, passando pela região do Cotinguiba (via Riachuelo e Laranjeiras) e chegando à Capital, a cidade de São Cristóvão ou Sergipe Del Rei. A principal estrada colonial sergipana ligava ainda à capital às águas do médio Rio São Francisco.

O mapa sugere as duas principais atividades econômicas da região nesse período: a busca de minérios e a criação de gado. As possíveis minas de metais preciosos estão distantes da Igreja, sob o nome de minas. Diferente dos currais que estavam próximos ao templo de Santo Antônio, como também a estradas e cursos d'água.

Gaspar Barléus (1584-1648) mencionou Itabaiana na sua obra. Viu na povoação serrana um lugar que “abundava de gado e dava mais de uma esperança de minas”. (Barleu, 1974, p. 221). Pedro Mortammer foi o encarregado e declarou não haver nada de interessante na Serra. No relatório de Maurício de Nassau confirma-se o malogro das minas da serra de Itabaiana: “depois de frequentes análises, verificou-se que nenhum valor têm os minérios que se apanham nas montanhas (sic) do Sergipe (chamam-lhes Itoabouhanas)” (Idem, p. 332).

### **A Capela de Santo Antônio se torna Igreja Velha (1675-1718)**

Adrian Van Der Dussen em relatório sobre o estado do Brasil aos diretores da Companhia das Índias orientais, em 1639, relaciona todos os donos de currais de Sergipe. Chama a atenção tal Aires da Rocha. Esse curraleiro emprestou seu nome à caatinga que atualmente é o centro de Itabaiana, local para onde será transferida, décadas depois, a sede municipal (idem, p. 126). Será nas terras de Aires da Rocha onde é criada a Irmandade das Santas Almas do Fogo do Purgatório de Itabaiana, sob a invocação de São Miguel Arcanjo. Em 1665 nasce uma das mais antigas irmandades religiosas de Sergipe. Pelo Compromisso dessa Irmandade é possível deduzir que ela possuía uma capela denominada “da Itabayanna”.

O Compromisso da Irmandade menciona a existência da Capela de Itabaiana que lhe servia como sede e seu padroeiro, São Miguel Arcanjo. Esse personagem bíblico, no século XVII, estava associado ao belicismo medieval cristão. São Miguel era utilizado pela Igreja Católica para estimular o combate aos inimigos do cristianismo. Ele aparece como o guardião, o guerreiro e príncipe dos exércitos de Deus contra o mal encarnado. O santo guerreiro se torna padroeiro dos que trabalham e oram nas Caatingas de Aires da Rocha.

Em 1668, o pároco de São Cristóvão Sebastião Pedroso de Goes compra o terreno do sítio “Caatinga de Ayres da Rocha” a Sebastião de Andrade, João da

Cachoria e suas respectivas esposas, em 1668. Essa propriedade compreendia metade de meia légua de terra, num sítio encravado na antiga fazenda chamada Catinga Aires da Rocha, a uma légua a sudoeste da Igreja de Santo Antônio. Era vizinho das terras de Diogo, sítio que o vigário comprara a Sebastião de Andrade e a João da Caixaria e suas mulheres.

Sete anos depois, o vigário Sebastião Pedroso de Goes vendeu o terreno do sítio “Caatinga de Ayres da Rocha” à Irmandade das Almas de Itabaiana. Em 09 de junho de 1675 a escritura foi lavrada em São Cristóvão. Ficou acertado entre as partes que o valor a ser pago era de Cr\$ 60:000 (sessenta mil reis) para que nele a irmandade edificasse uma igreja num prazo de dez anos. Não havendo o cumprimento dessa cláusula, o terreno retornaria ao vendedor. No terreno será edificada a igreja que dará origem a atual Matriz de Santo Antônio e Almas de Itabaiana (Carvalho, 1973, p. 146-149).

Esse acordo entre o Vigário e a Irmandade seria um duro golpe para o futuro da Capela de Santo Antônio. As décadas seguintes serão de paulatino abandono não apenas da primitiva ermida, mas de toda a região nas proximidades do Jacarecica.

O projeto inicial da Irmandade era construir uma igreja para seu protetor São Miguel Arcanjo, não a Santo Antônio. Contudo, acreditamos que a Irmandade resolve continuar o culto a Santo Antônio para desagregar a povoação de Santo Antônio e dar um espaço especial a São Miguel.

No altar-mor da Igreja Matriz, até os dias atuais, a imagem de São Miguel está à esquerda de Santo Antônio. No nome da paróquia, que futuramente influenciará na denominação da freguesia e vila de Itabaiana, temos a menção a “Santo Antônio e Almas de Itabaiana”. As almas eram as do fogo do purgatório que São Miguel iria reaver.

A igreja erguida pela irmandade das almas aos poucos e, antes mesmo de ser concluída, é designada matriz, com a criação da segunda paróquia sergipana: a de Santo Antônio e Almas de Itabaiana, tendo como vigário padre Salvador da Costa Zuzarte. Assim, a capela de Santo Antônio passou a se chamar Igreja Velha para se contrapor a Igreja Nova.

Esse acontecimento é contado na tradição popular com a lenda do Santo Antônio fujão. De acordo com o relato transmitido pela tradição popular, Santo Antônio ‘vivia’

numa casa que não era sua: a primeira capela construída na Povoação de Santo Antônio pelos colonos, na região hoje conhecida como Igreja Velha. A sua igreja fora erguida em propriedade particular. O pároco de São Cristóvão, Sebastião Pedroso de Goes, vende o sítio ‘Caatinga de Ayres da Rocha’, à Irmandade das Almas para que nele erguesse a igreja própria para a morada de Santo, ou seja, um templo maior e melhor.

Segundo a tradição, algumas pessoas queriam a mudança da sede para o arraial. Essas retiravam, às escondidas, a imagem do padroeiro e conduziram-na até a Caatinga de Ayres da Rocha. Ao escurecer, deixa-a num dos galhos da quixabeira, situada ao lado direito do local onde hoje está a Matriz.

Para os colonos da Igreja Velha foi fácil descobrir o paradeiro do santo, já que, propositalmente, se deixavam pistas na forma de rastros no chão. As fugas do santo começaram a se tornar mais rotineiras, porém nada que inquietassem os moradores da Igreja Velha, pois depois de cada uma delas, a imagem regressava, em procissão, para a primitiva igreja.

Pessoas juravam terem visto seus rastros pela estrada. Por isso passou a ser chamado de Santo Antônio Fugão. E de tanto insistir, a irmandade constrói a igreja ao lado da quixabeira, acabando de uma vez por todas com as fugas do Santo.

Assim a Irmandade das Almas compra a Caatinga de Ayres da Rocha e edifica a nova igreja. A sede da povoação de Santo Antônio passa para perto da nova morada do santo.

Primeiramente, a lenda parece justificar a mudança do santo de uma igreja para outra sob a ótica dos interesses da Irmandade das Almas. Na realidade, foi uma justificativa para aproximar o santo da nova igreja e do poder exercido pela irmandade em parceria com o vigário-geral da Capitania. Foi um estratagema para trazê-lo para a oficialidade da administração eclesiástica.

Há um segundo ponto curioso do relato. Os “raptos” da imagem deixavam pegadas com a finalidade do santo ser facilmente encontrado. Era uma forma de mostrar que ainda não tinham força o suficiente para ficarem com a imagem. Isso nos leva a supor que, de início, o grupo agia à surdina e sem grande respaldo dos habitantes da primitiva Itabaiana.

A quixabeira perto da atual Matriz era o local onde era depositada a imagem. A árvore mencionada era comum em Itabaiana e representa a metáfora da falta de templo

para a imagem, tanto que quando foi construída a igreja nova, o santo deu um fim nas suas idas e vindas.

A lenda evidencia que houve uma disputa acirrada entre as duas povoações. A povoação de Santo Antônio resistiu à perda do santo enquanto pode. Foi, finalmente, vencida pela união de forças da Irmandade das Almas com o vigário-geral.

A condição expressa na escritura de venda da Caatinga de Aires da Rocha de se construir uma igreja num prazo inferior a uma década prova que havia interesses dos dois lados em povoar o atual centro de Itabaiana e transferir a sede da povoação para os domínios da Irmandade das Almas.

Ao final do século XVII a Igreja de Santo Antônio começa a receber o nome de “Igreja Velha”, porém ainda competia com a capela edificada pela Irmandade das Almas. Durante o século XVIII, há um processo concomitante de afirmação da Igreja nova construída pela Irmandade das Almas (futuramente Igreja Matriz) e desvalorização e esquecimento da Igreja Velha. Tal processo será mais acelerado na segunda metade do século.

Afirmada a supremacia da Igreja Nova, resta a Igreja Velha o abandono e o arruinamento. O historiador itabaianenses Vladimir Souza Carvalho resumiu a agonia do antigo tempo assim: “a Igreja Velha dava as costas à Serra de Itabaiana, testemunha muda do seu drama”. (Carvalho, 1973, p. 91).

O desuso da Igreja Velha ocorre concomitantemente ao surgimento da freguesia de Santo Antônio e Almas de Itabaiana, cuja sede é a nova Igreja criada no final do século XVII. A criação da Freguesia data de 30 de outubro de 1675. Essa data é sustentada por Sebrão Sobrinho (1972; 2003), Vladimir Souza Carvalho (1973; 2009) e Maria Thétis Nunes (1996).

A elevação da paróquia de Itabaiana à condição de freguesia é um duro golpe para a velha Igreja de Santo Antônio por afirmar a sua rival como a única igreja de Itabaiana reconhecida oficialmente pelas autoridades eclesiásticas. Esse acontecimento, associado à criação da Vila de Santo Antônio e Almas de Itabaiana, em 1697, sela a sorte do primeiro templo católico de Itabaiana. Santo Antônio agora estava com as Almas de São Miguel nas Caatingas de Aires da Rocha. A antiga povoação de Santo Antônio e a sua primitiva igreja eram agora coisa do passado.

Vem de 1718 a primeira referência à mudança do nome de povoação de “Santo Antônio Velho” para Igreja Velha. Na dita, o vice-rei e capitão geral de mar e terra do Estado do Brasil Vasco Fernandes Cesar de Menezes cria o posto de Capitão de infantaria da ordenança do distrito da Igreja Velha do termo da vila de Itabaiana, conforme vemos na Carta Patente de Julião Cardoso de Araújo. O Distrito se principiava no sítio Tapera de Tabora ao sítio do Capunga. Era a fronteira de proteção da Vila de Itabaiana para o rumo norte.

Vasco Fernandes Menezes, governador-geral do Brasil, solicitou ao Rei D. João V, em 1718, que “fizesse listar todas as gentes capaz de tomar as armas e as distribuisse em companhias e convém criar de novo no distrito da Igreja Velha, [...] e prover o posto de Capitão dessa em pessoa de valor, e suficiência”. O capitão-mor de Sergipe passou boas referências de Julião Cardoso.

O citado governador-geral do Brasil a recriou por provisão Real de 20 de julho de 1718. Foram quatro anos com o cargo desocupado. Em sete de outubro de 1722, Julião toma posse na cidade de São Cristóvão. Em oito de novembro de 1722, vinte dias depois, se apresenta na câmara de Itabaiana. Recebe a carta patente de confirmação por Sua Majestade no posto de Capitão de Infantaria das Ordenanças em 17 de fevereiro de 1725. O cumpra-se do Vice-rei é de 31 de agosto de 1725. Aquele posto não tinha soldo.

A constituição de um “distrito militar” naquela área mostra que a Igreja Velha era um espaço geopoliticamente importante para Itabaiana. Infelizmente, os documentos não mencionam nada sobre o templo, a não ser seu nome. O distrito parece ter tido vida efêmera. Em 1757, no Mapa do terço de auxiliares, ordenanças e tropas de cavalaria da vila de Itabaiana, o nome era alterado para Distrito Santo Antônio.

Dessa época, temos também o relato de Sebastião da Rocha Pita (1730). Ele pouco informa em sua *História da America Portuguesa* sobre a vila de Itabaiana, a denomina de vila de “Santo Antonio da Tabayana”. Numa das raras citações, menciona o cronista que na área do Rio Vaza Barris há cinco capelas. Como o dado é vago, não sabemos se a Igreja Velha foi contabilizada ou apenas a Igreja Matriz de Santo Antônio e Almas. Curioso é que Rocha Pitta diz que as vilas sergipanas tinham “boas Igrejas paróquias, muitas Capelas e Ermidas devotas” (Pita, 1730, p. 110), informação essa que se contradiz com os frequentes pedidos dos vigários para reformar ou reerguer suas

paróquias. Só da Matriz de Itabaiana tivemos dois pedidos desesperados solicitando a ajuda real.

O mais antigo documento escrito por um pároco da Igreja Matriz de Santo Antônio e Almas de Itabaiana foi uma solicitação do padre Gregório Martins Carneiro ao rei D. João V para receber dos tesouros reais uma ajuda para continuar a obra da Igreja Matriz. O vigário chama o templo religioso que dirige de “Igreja Parochial de Santo Antonio e Almas da Villa da Itabayana”. Supomos que a Igreja Matriz era na realidade uma modesta igreja, distante cinquenta léguas da sede do arcebispado. O vigário informa que a igreja foi edificada de barro e não de pedra como a igreja de Santo Antônio da Igreja Velha. Tão frágil era a edificação que “caiu de todo ao chão”. O pedido do vigário foi feito em decorrência de ter o povo da freguesia ficado em uma geral desconsolação, visto que era a Igreja importante para o desenvolvimento da recém-criada vila e satisfação das necessidades espirituais e sociais. Além do mais, o padre menciona que a obra não pode ser concluída pelos seus fiéis serem bastante pobres e com isso impossibilitando-os de reedificar a igreja e fazê-la de pedra e cal.

O padre menciona que a Igreja era o abrigo para as inclemências do tempo. A 18 de julho de 1724 o pedido é enviado ao Conselho Ultramarino e no mesmo ano é autorizada a ajuda. Rei ordena que seus auxiliares investigarem se procedem as informações do vigário. Não temos informação alguma sobre o resultado da obra. É bem provável que na segunda metade da década de 20 do século XVIII a obra tenha sido concluída e a nova casa de Santo Antônio tenha recebido finalmente, meio século depois da transferência do orago, uma estrutura mais adequada para os cultos.

No paroquiato de Francisco da Silva Lobo, temos mais informações acerca de Itabaiana no século XVIII. Esse padre lusitano esteve à frente da Matriz de 1745 a 1768. Em 1757, escreve a "Notícia sobre a Freguesia de Santo Antônio e Almas da Vila da Itabaiana", um dos mais valiosos escritos sobre o passado colonial itabaianense. Além de fazer uma descrição geográfica e delimitação da freguesia, o padre mostrou-se sensível com os problemas da comunidade serrana ao dizer que a vila tinha o problema de ser localizada em lugar árido e falto d'água. Entre os principais povoados, o padre cita a Igreja Velha, porém não menciona a Igreja.

Durante sua estada à frente da Igreja Matriz, o padre luta ardorosamente para a construção de uma igreja de pedra e cal. A Matriz havia sido construída de forma

precária e estava em estado calamitoso, ameaçando desabar. Buscou a ajuda do Rei de Portugal para que a Igreja fosse reformada através de carta de 1761.

No documento manuscrito, o padre mencionou que os itabaianenses “tendo erigido a sua custa duas Matrizes não podem consumir a terceira, que de pedra e cal de novo levantarão”. Mal tinha sido iniciada, a construção para porque o povo era pobre e não tinha dinheiro mais para ajudar a obra. Reúnem-se, então, os moradores, na busca de uma solução, sob a chefia do Padre Francisco da Silva Lobo dirige-se ao monarca lusitano, Dom José I, em 12 de setembro de 1760, ofício pedindo ajuda.

A solicitação acabou sendo atendida. Em 1764, a igreja é reformada. Isso nos leva a supor que em 1675 já havia uma capela (a Capela da Itabaiana mencionada no compromisso da Irmandade das Almas) que era de barro. Com a intervenção do padre Gregório Martins Carneiro temos a edificação de uma Igreja de pedra e cal nos anos 1720 que quarenta anos depois ruiu e motivou o padre Francisco da Silva Lobo a pedir a ajuda real.

No final do século XVIII, a Igreja Matriz ganha novas melhorias com a iniciativa dos capuchinhos italianos. O importante trabalho missionário do Frei Apolonio de Todi rendeu frutos. Ao passar por Itabaiana, o missionário encontrou a Igreja Matriz sem altar-mor. Pede esmolas ao povo e consegue o altar-mor com ajuda também de donativos da cidade de São Cristóvão (Accioli, 1940, p. 234). É datado de 1795 o sino da Igreja que até hoje lá está. Há décadas encontra-se escondido numa das torres da igreja de difícil acesso. Assim, ao término do século XVIII a Igreja Matriz ganhou altar-mor e sino.

Essas reformas profundas mudaram o aspecto da simples Igreja Matriz de Itabaiana e o destino da Igreja Velha. O abismo entre os dois templos era marcante. Agora sim, santo Antônio havia ganhado uma “casa” melhor que a antiga morada.

### **Ruínas abandonadas que se tornam patrimônio histórico**

O processo de arruinamento da Igreja Velha continuou nos séculos seguintes. Contudo, o grande diferencial do século passado foi a produção historiográfica e literária acerca das Ruínas da Igreja Velha. O antigo templo de Santo Antônio passou a ser entendido como monumento de valor histórico, ligado às origens de Itabaiana, mesmo que em avançado estado de arruinamento. Esse monumento torna-se um

patrimônio cultural local mesmo sem haver os cuidados necessários para sua preservação.

Na construção da ideia de patrimônio histórico muito contribuíram os historiadores.

A Igreja Velha começa a merecer a atenção de historiadores na transição do século XIX para o XX. É Felisbello Freire quem fez a primeira menção à sua existência na clássica obra *História de Sergipe* (1575-1855). Nela, há apenas numa passagem que se faz menção à Igreja Velha. Situando as igrejas e capelas sergipanas da época da invasão holandesa, Felisbello registra nove igrejas, além dos templos da cidade de São Cristóvão, dentre essas a Igreja Velha: “a de Santo Antônio, junto ao rio Jacaracica, onde chamam hoje Igreja Velha, junto à cidade de Itabaiana” (Freire, 1891, p. 86). A simples menção ao templo teve papel importante, pois inscreve a Igreja Velha na História colonial de Sergipe. Era o começo do processo de valorização simbólica que terá continuidade nas décadas seguintes.

O historiador itabaianense Francisco Antônio de Carvalho Lima Júnior (1859-1929) escreveu a primeira história de Itabaiana. É dele a famosa e ainda bastante citada “*Monographia Historica do Municipio de Itabayanna*”. Lima Júnior ressalta o valor histórico da Igreja para a ocupação e formação do primeiro núcleo urbano em Itabaiana. Apesar da falta de documentos e imprecisões, esse historiador tem o mérito de formular uma explicação que associa o papel da Igreja ao processo de mudança da vila com base na tradição oral, expressa na lenda do Santo Antônio Fúção.

Lima Júnior fincou as bases historiográfica para os estudos ulteriores acerca da Igreja Velha. Percebe-se, nesse sentido, serem menores as contribuições dos historiadores serranos José Sebrão de Carvalho (2003), conhecido nos meios acadêmicos pelo nome Sebrão Sobrinho, e Maria Thétis Nunes (1996). Estes últimos apenas reproduziram o que escreveu Lima Júnior no começo do século passado sobre a Igreja Velha.

Na década de 1970, começou uma nova leva de pesquisas acerca do passado itabaianense incluindo a Igreja Velha. Vladimir Souza Carvalho (1950 – ...), então estudante de Direito, publicou *Santas Almas de Itabaiana Grande*, livro apologético e bairrista, porém de grande valor, pois, de forma sistemática, se valeu de novas fontes documentais no estudo do passado itabaianense.

Essa obra apresenta um estudo aprofundado sobre as origens de Itabaiana. A Igreja Velha aparece na obra como sendo o núcleo primitivo da ocupação colonial em Itabaiana. Todavia, o autor se reduz a mencionar documentos sem explorá-los devidamente. Dentre esses citamos dois pela sua importância: a escritura de venda das terras da Catinga de Aires da Rocha à irmandade das Almas (1675) e uma carta do Vigário Francisco da Silva Lobo ao Rei de Portugal D. José I datada de 1761.

O fortalecimento das histórias entorno das Ruínas da Igreja Velha se deram também pelas penas dos literatos. A lenda de Santo Antônio fujão, por exemplo, é narrada por romancistas e historiadores desde o século XIX. Há pelo menos oito versões publicadas sob a forma de memória, conto, poesia ou narrativa histórica. A lenda se tornou bastante difundida nesse período de ressignificação simbólica das ruínas. Nelson Omegna (1961), autor de “A cidade colonial”, obra clássica na historiografia brasileira sobre o período, faz alusão a essa lenda itabaianense, porém erra ao afirmar que a lenda vem de Itabaianinha.

Em Sergipe, essa lenda foi narrada brevemente pelo contista Joaquim José de Oliveira (1867), pelo memorialista J. Fraga Lima (1983) e por romancista J. Rabelo (1967). Entre os historiadores merece especial menção Francisco Antônio de Carvalho Lima Júnior (1914) e Vladimir Souza Carvalho (1973; 2009).

Já no livro da também professora Ednalva Barros dos Santos, *História e Cultura de Itabaiana contada em versos* (2011), percebe-se uma atenção especial à Igreja Velha. A autora dedica um capítulo da obra ao monumento. Ednalva relata o Arraial de Santo Antônio, como sendo o local inicial da colonização das terras itabaianenses. A obra não apresenta detalhes acerca da história do monumento ou de sua importância cultural.

Nessas obras vemos breves discussões e associações entre as Ruínas da Igreja Velha e o passado colonial de Itabaiana. É perceptível a correlação das Ruínas com as lendas locais. Nisso a materialidade das ruínas encontra a imaterialidade dos relatos lendários por meio dos registros memorialísticos ou da tradição que se perpetuou entre gerações.

### **Considerações finais**

A Igreja Velha é um dos poucos monumentos sergipanos seiscentistas. É um dos raros testemunhos que evoca o passado colonial sergipano do período inicial da

colonização e povoamento da Capitania. O monumento foi provavelmente construído pela ação catequética dos jesuítas. Sabemos de sua existência, primeiramente, durante o período da presença holandesa na Capitania de Sergipe (1637-1645). De início, era o único templo do atual agreste e sertão sergipano.

A Igreja Velha teve um papel importante na história colonial sergipana do século XVII e na história de Itabaiana. Mesmo com seu progressivo arruinamento, o bem cultural é um dos referenciais da identidade itabaianense. O templo em ruínas, bem como seu entorno, é o espaço de pertença dos itabaianense. É o local associado às origens históricas da coletividade e simbolicamente dos indivíduos.

A Igreja de Santo Antônio, na primeira Itabaiana, teve vida curta. Em cerca de meio século, começava seu processo de perda de importância face à nova igreja, erguida sob os auspícios da Irmandade das Almas. Esse acontecimento de 1675 mudou os rumos históricos de Itabaiana por ter representado a mudança da sede municipal para o local onde hoje está.

Durante o século XVIII, a nova sede se afirmava e a antiga povoação decaiu progressivamente. É ainda no começo do século XVIII que o termo Igreja Velha passa a ser usado tanto para o templo quanto para o local que abrigava a primeira Itabaiana.

A atuação de historiadores e literatos, a partir do século XIX, foi fundamental na construção da ideia de patrimônio histórico-cultural da Igreja Velha. Eles forjaram a ressignificação simbólica do monumento, lhe atribuindo significância histórica.

As ruínas da Igreja Velha são um exemplo da tênue fronteira entre o material e o imaterial. O monumento congrega as duas dimensões do patrimônio cultural. A materialidade se manifesta no que restou do monumento e entorno paisagístico. Por outro lado, as lendas (conservadas pela tradição oral) e o simbolismo conferem ao monumento valor como patrimônio cultural imaterial.

Seja como for, essas ruínas são vozes de um passado de silenciamentos e negligências que foram transformadas pelas últimas gerações num símbolo do passado remoto, memórias e identidade cultural local.

Até o presente momento a administração pública municipal e estadual não desenvolveram ação mais concretas para a preservação do bem cultural que continua o processo de arruinamento acelerado. O município de Itabaiana não possui nem mesmo lei municipal que regulamente o tombamento de seus bens culturais.

## Referências documentais

Carta do padre Francisco da Silva Lobo ao Rei D. José I solicitando uma esmola para a obra da Igreja Matriz de Itabaiana, em 1761. AHU. Conselho Ultramarino - Sergipe. Cx. 05, doc. 415.

Mapa do terço de auxiliares, ordenanças e tropas de cavalaria da vila de Itabaiana em 1757. Arquivo Histórico Ultramarino (AHU). Conselho Ultramarino - Sergipe. Cx. 05, doc. 402.

Notícia sobre a Freguesia de Santo Antônio e Almas de Itabaiana do vigário Francisco da Silva Lobo, em 1757. AHU. Fundo Conselho Ultramarino – Coleção Castro Almeida, Bahia, Cx. 15, Doc. 2715.

Petição do vigário Gregório Martins Carneiro ao Rei [D. João V] solicitando ajuda de custo para continuar a obra da Igreja Matriz de Santo Antonio e Almas da Vila de Itabaiana, do Arcebispado da Bahia em 1724. AHU. Fundo Conselho Ultramarino. Volume 005, Cx. 19, Doc. 1733. 2f.

Requerimento de Julião Cardoso de Araújo ao Rei [D. João V] solicitando confirmação do Posto de Capitão de Infantaria das Ordenanças do Distrito de Igreja Velha, na Vila de Itabaiana, do Regimento do Coronel Pedro da Silva Daltro em 1724. AHU. Conselho Ultramarino. Cx. 02, doc. 54.

## Referências bibliográficas

ACCIOLI, Inácio. **Memórias históricas e políticas da província da Bahia** (comentários e notas de Braz do Amaral). V. 5. Salvador: Imprensa Oficial, 1940.

BARLEU, Gaspar. **História dos feitos recentemente praticados durante oito anos no Brasil**. Trad. Cláudio Brandão. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Ed. USP, 1974.

SANTOS, Ednalva Barros dos. **História e Cultura de Itabaiana contada em verso**. Itabaiana: Info Graphics, 2011.

BAZIN, Germain. **A arquitetura religiosa barroca no Brasil**. V. 1. Trad. Glória Lúcia Nunes. Rio de Janeiro: Record, 1983.

CALMON, Pedro. **História da Casa da Torre: uma dinastia de pioneiros**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1939.

CÔPROMISSO da Irmandade das Sanctas Almas do Fogo do Purgatorio cita na capella Ytabayana e feita na era de MDCLXV. Itabaiana, 1655. Fragmento. Acervo pessoal de Vladimir Souza Carvalho.

Carta patente de Julião Cardoso de Araujo. **Documentos Históricos, 1725: cartas, patentes e provisões**. Rio de Janeiro: Augusto Porto e C., 1946, v. 74, p. 59-61.

CARVALHO, João de Matos Freire. **Annapolis**. Aracaju: Est. Graphico F. Sampaio, 1922.

CARVALHO, Vladimir de Souza. **Santas Almas de Itabaiana Grande**. Itabaiana: Edições O Serrano, 1973.

CARVALHO, Vladimir de Souza. **Vila de Santo Antônio de Itabaiana**. Aracaju: J. Andrade, 2009.

FONSECA, Maria Cecília Londres. Para além de pedra e cal: por uma concepção ampla de patrimônio cultural. In: ABREU, Regina; CHAGAS, Mário (Org.). **Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos**. Rio de Janeiro: DP&A: Faperj, 2003. p. 59-79.

FORTUNA, Carlos. **Por entre as ruínas da cidade: o patrimônio e a memória na construção das identidades sociais**. Coimbra: Centro de Estudos Sociais, 1995.

FREIRE, Felisbello. **História de Sergipe - 1575-1855**. Rio de Janeiro: Typographia Perserverança, 1891.

GEERTZ, Clifford. Uma descrição densa: por uma teoria interpretativa da cultura. In: **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978. p. 5-28.

HOORNAERT, Eduardo Et al. **História da Igreja no Brasil**. 4. ed. Petrópolis: Vozes; São Paulo: Paulinas, 1992.

LE GOFF, Jacques. Monumento/Documento. In: **História e memória**. 3. ed. Campinas: UNICAMP, 1994. p. 535-549

LEITE, Serafim. Sergipe Del Rey. In: **História da Companhia de Jesus no Brasil**. Rio de Janeiro: INL, 1945. Vol. 5. p. 316-327.

LIMA, J. Fraga. Ainda em Itabaiana. In: **Minha passagem pela vida**. Aracaju: J. Andrade, 1983.

LIMA JÚNIOR, Francisco Antônio de Carvalho. Monographia Historica do Municipio de Itabayana. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe**. Aracaju, vol. II, n. 6, 1914. p. 128-149.

LOUREIRO, Kátia Afonso Silva. **Arquitetura Sergipana do Açúcar**. Aracaju: Aracaju: s/d, 1999.

MACHADO, Maria Santos. **Agricultura e irrigação: memórias do perímetro irrigado Jacarecica I, Itabaiana (1987-2002)**. Monografia (Licenciatura em História). Itabaiana: Universidade Federal de Sergipe, 2002. p. 46-59.

MORENO, Diogo de Campos. Capitania de Sergipe Del Rey. **Livro que dá razão ao Estado do Brasil**. Edição fac-similar. Rio de Janeiro: INL, 1968. p. 49-50.

MEDINA, João. A Toponímia - local de memória. In: MATOS, Álvaro; RASGA, Raul (coord.). **Primeiras jornadas de História regional e local (Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa)**. Lisboa: Colibri, 1993. p. 35-43.

NUNES, Maria Thétis. **Sergipe Colonial II**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1996.

OLIVEIRA, Joaquim José de. Simão Dias. Histórias perdidas. In: **Jornal de Sergipe**. Aracaju, n. 99, 02 nov. 1867.

OMEGNA, Nelson. **A cidade colonial**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1961.

PITA, Sebastião da Rocha. **Historia da America Portuguesa**, desde o anno de mil e quinhentos do seu descobrimento, até o de mil e setecentos e vinte e quatro. Lisboa: Officina de Joseph Antonio da Sylva, 1730.

RABELO, J. **Almas torturadas**. Rio de Janeiro: Pongetti, 1967

ROMERO, Sílvio. **Estudos sobre a poesia popular no Brasil**. 2. Ed. Petrópolis: Vozes, 1997.

SEBRÃO SOBRINHO [José Sebrão de Carvalho]. **Fragmentos da História de Sergipe**. Aracaju: Regina, 1972.

SEBRÃO SOBRINHO [José Sebrão de Carvalho]. **Fragmentos de histórias municipais e outras histórias**. Aracaju: Instituto Luciano Barreto Junior, 2003.

UNESCO. **Convenção para a Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural** (Paris, 17 de outubro a 21 novembro de 1972). Paris: UNESCO, 1972. Art. 1.